

90 NOVENTA SÉCULOS ENTRE A SERRA E O MAR



MINISTÉRIO DA CULTURA



IPPAR

INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO



1.

1. Estela funerária epigrafada. Quinta da Torre d'Ares, Luz, Tavira. Época romana, meados do século II. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia do Dr. Leite de Vasconcelos. Alt. 800mm, larg. 500mm, esp. 470mm (IRCP 81).

O SAGRADO E A SACRALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS: RITOS, MITOS E A MEMÓRIA DA MORTE

*José d'Encarnação **

Morte: irrepetível e certa

Dois características detêm a morte que sempre impressionaram o Homem: a primeira é a sua irrepetibilidade; a segunda, a certeza.

Na verdade, ninguém morre duas vezes; ninguém pode ir alguma vez ao lado de lá da vida para contar aos outros a sensação, os factos. Não há, pois, memória da morte: pode haver recordação do morto, presença da Morte, memória não.

Tudo anda, pois, aí envolto no mais tremendo mistério que nem todas as experiências — de qualquer teor — poderão, um dia, revelar. E mesmo as ditas revelações que, de quando em vez, são propaladas, nos deixam sempre um travo amargo de dúvida: será? não será? Daí que o mistério, aguçando a curiosidade, espicace também uma outra esfera que o Homem desém, quer queira quer não, quer o afirme quer peremptoriamente faça finca-pé em negar: o medo. A morte, o morto infundê terror. Um terror que urge ritualmente esconjurar.

E o mistério tonifica a imaginação, fecunda-a, incentiva-a, amplia-a. Daí à criação do mito vai um passo. Porque o mito é algo que nos transcende,

inacessível, aquilo que a inteligência não logra corporizar de forma compreensível.

Depois, a morte é certeza.

Ninguém, nenhum ser vivo pode, um dia, arvorar-se em imortal. Tantos procuraram sempre o elixir da vida eterna: tantos pensaram que, mais dia menos dia, a Medicina fará milagres e poderemos continuar. Pensamento que cedo dá lugar ao desalento, porque bem depressa os homens se apercebem que, como escreveu Marco Aurélio, o imperador-filósofo, "o tempo é como um rio que os acontecimentos formassem, um rio torrentoso. Mal uma coisa se anuncia, ci-la que já lá vai; no seu lugar já está outra em jeito de abalada" (*Pensamentos* IV, 43). Portanto, há que enfrentar a realidade: todos, um dia, havemos de morrer. Há, por isso, que inventar rituais. Gestos que a envolvam, que a tornem menos cruel, que lhe emprestem um ar de ilusão. Que, afinal, o morto não está morto, continua ali, sereno, a repousar, expectante, dialogante até, compartilhando as nossas agruras, alegrias e proezas. Comendo, inclusive. E tudo embebido numa túnica sacral — que os deuses, quaisquer que eles sejam, existam ou não, plúrimos ou singular, também tinham de intervir nesta cena.

O mito, gerado pela incógnita; os ritos, fabricados pela certeza; o sagrado, fruto da nossa limitação.

E sempre assim terá sido — desde que o Homem tomou consciência de si, da sua finitude. Na Pré-História, nos nossos dias, no tempo dos Romanos.

Mitos e ritos em estudo

E é impressionante verificar como, ao longo dos séculos, dos milénios até, mitos e ritos funerários se repetem, como se determinados por uma força inexorável, uniforme. Envoltos, por outro lado, nessa atmosfera íntima, imbuídos de enorme secretismo — penhor, quiçá, da sua eficácia real — dificilmente se deixam penetrar pelos não-iniciados; pertencem ao grupo; situam-se num espaço; circunscrevem-se a um tempo preciso. Dai, o seu hermetismo; a nossa incapacidade de os descodificar. Reagimos perante eles com o nosso pensar de homens do limiar do século XXI, crentes de que a natureza humana se manteve imutável, apesar do cabedal de experiência minuto a minuto acumulada agora.

Portanto, embrenhar-se no estudo do que foram os ritos, os mitos, o espaço dos mortos e o seu lugar na sociedade dos vivos, no Algarve de há dois mil anos atrás, não será, decerto, recuar muito no tempo. Porque aí nos vamos reconhecer. Precisamente porque estarmos condenados a interpretar símbolos, a decifrar mensagens sintéticas, a imaginar o gesto e a sua intenção. E, doutra parte, os rituais daqui não diferirão, decerto, dos que, por essa época, se praticavam no



2.

Norte de África, na totalidade da Hispânia, na Gália Narbonense ou na Península Itálica. Quiçá possamos descortinar, aqui e além, uma variante local, sintoma de um regionalismo vincado — como hoje, nos nossos cemitérios, como que paira neles a personalidade do lapicida ou do marmorista em cuja oficina se mandam lavrar os epitáfios.

Para o tempo dos Romanos, ausentes que são descrições miúdas, passíveis de ser consideradas válidas para o público anónimo (as fontes literárias só dos grandes funerais célebres obviamente se puderam fazer eco), é à Arqueologia e aos monumentos epigráficos que somos forçados a recorrer.

Arqueologia: os modos de enterramento, os objectos que acompanham o cadáver ou as suas cinzas, o recipiente onde estas se encontram, a orientação do sepulcro, ou, para os mais afortunados, a ilustração dos sarcófagos destinados, sem dúvida, a figurar num recinto próprio.

2. Estela funerária epigrafada. Santa Luzia. Tavira. Época romana, finais do século II, inícios do século III d. C. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia do Dr. Leite de Vasconcelos (IRCP 83).

Falemos, pois, do recinto. E ocorre-nos, de imediato, o ponto que sabemos, porque a arqueologia romana no Algarve se tem interessado mais pela cidade dos vivos do que pela dos mortos. Como noutros lados, de resto.

Lembramo-nos da necrópole da Quinta de Marim. Necrópole, por aí terem sido exumadas diversas sepulturas.

Ocorrem-nos os monumentos funerários de *villae*, como a de Milreu (identificados por Theodor Hauschild) ou de Cerro da Vila (referidos por José Luis de Matos).

Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos sistematizou, por seu turno, quanto, até aos primórdios da década de 70, havia sido encontrado no que respeita a sepulturas e seu recheio. Mas falta, talvez, uma ilustração cabal do que tudo isso pode querer significar como memória da morte, como ritual — significado que, paulatinamente e com imensa perseverança, Helena Frade e José Carlos Caetano estão começando a desvendar na necrópole da Lage do Ouro, concelho do Crato, em que tiveram a dita de encontrar túmulos intactos. E o que se "viveu" no (actual) Norte alentejano será válido, na mesma época, para os Romanos do (actual) Algarve? Sim, decerto. Estruturas tumulares como as que foram detectadas, por exemplo, na Arrochela (Penamacor) e que Helena Frade e José Beleza Moreira escavaram precisam-se para o Algarve. E, concomitantemente, uma reflexão conjunta de epigrafistas, arqueólogos e historiadores da Antiguidade. Reflexão que aproveito para sugerir, realizável assim que haja um mínimo de dados disponíveis para o debate.

Entretanto, é ao epigrafista que cumpre falar. E como tal falarei.

Uma fonte: os monumentos epigráficos

Julgo, porém, que bom ponto de partida será — pese embora a sua extensão — transcrever Petrónio. A dado passo da sua lauta ceia, Trimalquião, liberto, rico armador, rodeado de amigos, volta-se para Habinnas, a quem já encomendara a construção do túmulo e dá-lhe ostensivamente ordens solenes, precisas, enfatuadas. Trata-se, não há dúvida, de uma criação literária; mas certamente não andaremos longe da verdade se afirmarmos que Petrónio se terá inspirado em circunstâncias reais. É, como veremos, afinal, *mutatis mutandis*, utilizando outra escala, o que vamos encontrar não andaré muito longe dessa presumível ficção.

Assim imaginou Petrónio, divertindo-se, sarcástico, o discurso de Trimalquião:

— *Peço-te insistentemente que, aos pés da minha estátua, representes a minha cadelinha, coroas, perfumes e todos os combates de Peirantes, para que, graças a ti, eu continue a viver depois da minha morte. Além disso, quero que haja cem pés de fachada, duzentos de profundidade. Quero também toda a espécie de árvores de fruto à volta das*

minhas cinzas e muitas vinhas. Com efeito, é um grande erro ter, em vida, uma casa bem fornecida e não se ocupar daquela onde teremos de habitar mais tempo. É por isso que, acima de tudo, quero que se acrescente: "Este monumento não faz parte da herança."

Aliás, terei o cuidado, no meu testamento, de me pôr ao abrigo dos insultos, uma vez morto. Encarregarei um dos meus libertos de me guardar o túmulo, para que o público não vá descarregar as suas imundícies no meu monumento. Peço-te também que representes no meu monumento navios vogando de velas desfraldadas e eu próprio sentado num estrado, envergando a toga pretenta e com cinco anéis nos dedos, a distribuir ao público escudos que tiro de um sacco. Sabes bem que dei um banquete público, com dois dinheiros por cabeça. Também podes pôr, se quiseres, as salas de jantar. E porés também todo o povo a embebedar-se. À minha direita, colorea a estátua da minha querida Fortunata, segurando uma pomba e que leve pela trela uma cadelinha; depois, o meu queridinho e ânforas de grande capacidade, seladas, para que o vinho não se entorne. Também podes esculpir uma urna partida, com um escrivãozinho a chorar em cima dela. Um relógio no meio, para que quem quer que veja as horas leia também, quer queira quer não, o meu nome. Quanto à inscrição, vê se esta te agrada: "Aqui jaz Gaius Pompeius Trimalquius Mecenatiano. Foi eleito sêxviro na sua ausência. Embora pudesse pertencer a todas as decúrias, em Roma, não o quis. Escrupuloso, corajoso, fiel, partiu de pouca e deixou trinta milhões de sestércios... e nunca foi aluno dos filósofos. Descansa em paz — Tu também."

Não temos, por enquanto, no Algarve romano, um túmulo que possa comparar-se — mesmo de longe — a este. Nenhum com alguma sumptuosidade escultórica. Nenhum com epitáfio tão pormenorizado. Nenhum em que se patenteie a frase, de teor jurídico, *hoc monumentum heredem non sequetur*, "este monumento não faz parte da herança". E se alguns dos motivos decorativos apontados se prendem com a actividade mercantil de Trimalquião — circunstância que também está ausente na epigrafia romana do Algarve e que, aliás, não é usual nas epígrafes de Portugal romano — outros, como a pomba, já são mais correntes.

O mais importante é, porém, o nome: "Um relógio no meio, para que quem quer que veja as horas leia também, quer queira quer não, o meu nome" ... Essa, a função primordial do epitáfio; essa, a aspiração a que todo o mortal poderia acceder: "salvar o nome do esquecimento", para usarmos da feliz expressão do saudoso Gabriel Sanders. Gravar o nome faz parte do rito e incarna um mito também: a pereridade, "a vitória sobre a morte" (como recentemente tive ensejo de salientar), a imortalidade ansiada:

"Oh! quem me dera que se escrevessem as minhas palavras e se consignassem num livro, gravadas por estilete de ferro numa lâmina de chumbo, ou se esculpisssem em pedra, para sempre!", suspirava o profeta Job (19, 23-24).

Mas como é que, afinal, a epigrafia romana do Algarve nos fala dos ritos, dos mitos e da memória da morte?



3.

Os ritos

Conhecemos as descrições e não virá ao caso demorar-nos nelas. Cerrados os olhos do morto, importante era dar-lhe morada agradável, donde ele não saísse, por aí se sentir bem.

A purificação ocuparia, por isso, papel primordial. Daí que as aras ostentem um jarro e uma pátera, objectos imprescindíveis nas abluções rituais.

Eles aí estão, em fino baixo-relevo — como no caso da elegante ara da ossonobense Cecília Marina, falecida em S. Romão (S. Brás de Alportel) com a

3. Árula funerária, epigrafada. Lagos. Época romana, inícios do século II. Lagos, Museu Regional. Alt. 550mm, larg. máx. 230mm, esp. 20mm. (IRCP 68).



4.

profecta idade de oitenta e cinco anos (*IRCP 64*) — ou simplesmente gravados, como acontece na, também elegante, ara erguida, em Faro, em memória da estremecida esposa (*coniux piissima*) de Calpúrnio Teodoro, Catúrica Prima de seu nome, fenecida na flor da idade: vinte e cinco anos e oito meses, apenas, como o uacido fez questão em sublinhar (*IRCP 18*).

Perpetuados na pedra, quererão significar isso mesmo: perpetuidade. O acto purificador não ocorreu apenas num instante: foi tornado perene ali. Ninguém ousará conspurcar o sepulcro... E ecoam, aqui, de novo, as palavras de Trimalquião:

4. Cino funerário, Capela de S. Romão, S. Brás de Alportel. Época romana. Século II d. C. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia do Dr. Leite de Vasconcelos. Alt: 1040mm, larg. 365mm, esp. 355mm (*IRCP 64*).

— ... Para que o público não vá descarregar as suas imundícies no meu monumento.

Flores, sim, pode descarregar. Coroas, pétalas, grinaldas... Mas, pelo sim pelo não, o melhor é não confiar nos homens, nos sobreviventes — que a memória é curta e a gratidão palavra de uso menor. Esculpam-se, pois, coroas, pétalas, grinaldas — immortalizadas na pedra, darão ao defunto a sensação de estar sempre em homenagem.

Neste aspecto, os monumentos da Quinta de Marim levam a palma na exuberância da decoração floral. Mas é de recordar também a grinalda que enfeita o monumento funerário de Sexto Numísio Eros, de S. Bárbara de Nexe (IRCP 23), ou a de Emília Quérilde, da Quinta de Torre d'Ares (IRCP 81); as coroas dos monumentos de Silves (IRCP 71 e 72).

O fóculo que algumas aras ostentam certamente nunca serviu para o fim previsto: recipiente das essências a queimar (*foculus* = pequeno fogo) em homenagem ao defunto, aquando do aniversário da morte, e simultaneamente aos seus deuses protectores; mas a sua presença perpetua a intenção.

Deuses protectores. Os Manes, divindades a quem, a partir de meados do século I da nossa era, os túmulos passaram a ser consagrados, mediante adequada cerimónia. Urgia que o local fosse doravante pertença dos deuses; que sobre os eventuais violadores recaísse a ira divina pelo sacrilégio cometido. Sintoma de que o espírito religioso começava a esfriar, ou, pelo menos, que os interesses económicos, de quando em vez, já estavam a falar mais alto, esta consagração aos Manes descansa, por outro lado, a consciência dos vivos: "ele" está em boas mãos.

Na epigrafia funerária romana do Algarve, a consagração aos deuses Manes — D.M.S. = *Dis Manibus Sacrum* — constitui já abertura habitual dos epitáfios a partir de finais do século I da nossa era. E nisso não se distingue do que ocorre no resto da Lusitânia e mesmo do mundo romano.

Há, porém, dois monumentos que merecerão, neste domínio da relação com os deuses, atenção particular.

Do primeiro (IRCP 16) desconhece-se a exacta proveniência, não se sabe onde hoje pára e dele se não dispõe de qualquer descrição. Estácio da Veiga comunicou a Emílio Hübner apenas o texto, em carta que lhe endereçou em Janeiro de 1883, mas não se demorou em mais pormenores, de tal modo que o próprio epigrafista alemão se limita a observar "reperta a. 1883 nescio quo loco oppidi viciniaeve", isto é, "achada no ano de 1883 não sei em que local da cidade ou das imediações". A cidade mencionada é Faro. Parece, por outro lado, que toda a documentação referente ao monumento terá levado sumiço também, porquanto Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos (1971, 177) se limita a fazer anteceder a transcrição do texto pela singela informação "inscrição funerária descrita em 1883", remetendo o leitor para o *Bulletin de la Société*



5.

Nationale des Antiquaires de France (44, 1883, 74), onde Henri de Laurière se faz eco dos elementos prontamente fornecidos pelo próprio Estácio da Veiga. Ora, a Dra. Affonso dos Santos teve acesso a toda a documentação de seu bisavô e, a este propósito, nada adianta.

É pena que o monumento tenha levado descaminho. Primeiro, porque nos interessava sobremaneira conhecer-lhe a tipologia; depois, porque — como vamos ver — a expressão com que termina o epitáfio nele exarado, *hoc misolio sub ascia est*, não pertence ao horizonte cultural da região (“formula antea nondum reperta

5. Estela funerária, epigrafada, com duplo epitáfio. Quinta de Marim. Olhão. Trabalho lusitano-romano. Finais do século II d. C., princípios do século III. Figueira da Foz, Museu Municipal Dr. Santos Rocha. Alt. 740mm, larg. 468mm, esp. 85/133mm. (JRCP 45).

in titulis regionis illius", como já Hübner sublinhara) e, sendo plausível que a epígrafe ostentasse a figura da áscia gravada, importaria verificar o modo como essa representação fora feita, para eventual detecção de influências estéticas.

Sub ascia dedicare, dedicar um monumento funerário sob a áscia, é frase que esconde, sem dúvida, um ritual consecratório. Frequente em textos da Gália Narbonense — basta fazer uma visita aos museus arqueológicos de Nîmes e de Lyon para disso nos apercebermos — tem sido alvo de muita controvérsia (cfr. *IRCP* 16), justamente porque se lhe desconhece o significado preciso e a áscia vem representada de forma estilizada, não se identificando, portanto, claramente, com um objecto de uso comum. Pá, machado, maço de pedreiro, cinzel... seja o que for, o objecto detém significado místico, propiciatório, e constitui, certamente, mais um expediente para reforçar o carácter sacro do monumento.

A segunda epígrafe a relevar provém de S. Bartolomeu de Messines, concelho de Silves, e integrou a colecção de Frei Manuel do Cenáculo que está na base do núcleo arqueológico do actual Museu Regional de Évora, onde se encontra (*IRCP* 60). Do seu contexto arqueológico inicial, nada se sabe, porém. Pedestal duma estátua de prata ou de bronze prateado, certamente figurando Júpiter Óptimo Máximo, a quem é dedicada a inscrição que ostenta, teria obviamente que ser guardada num santuário da divindade. Mas — e aqui reside a razão pela qual a quis referir — não se trata de um simples monumento votivo, a mostrar a devoção dos dedicantes, Lúcio Atilio Atiliano e Artúlia Severa, marido e mulher, à divindade maior dos Romanos: a homenagem ritual é feita «em memória de Lúcio Atilio Máximo Severiano, filho modelo de piedade». Trata-se, pois, de um pretexto para evocar num lugar público, de grande devoção, a memória do ente querido, sepultado, muito naturalmente, no termo da *villa* ou da propriedade que Lúcio Atilio por ali devia possuir. Quis-se, porém, para ele uma consagração particular a um deus muito especial. E, assim, a fé juntou-se aqui à promoção social, num solene ritual de investidura ou deposição, com pompa e circunstância.

Os mitos

Entre os mitos ligados ao mundo dos mortos, um se generalizou em todos os tempos, dado o fascínio que sempre a Lua exerceu sobre o Homem. Lua, merada dos mortos — como Franz Cumont lhe chamou. Dos monumentos funerários romanos do Algarve apenas um ostenta, em relevo, a representação dum crescente, sinal de que também aqui o mito ganhou raízes. Trata-se do já citado cipo em memória de Cecília Marina (*IRCP* 64).

Auto-elogiou-se Trimalquião: "Escrupuloso, corajoso, fiel". O elogio é, porém, uma presença constante nas epígrafes, mormente a partir da segunda

metade do século II. E, se exceptuarmos alguns, poucos, de cariz mais significativo (*desiderantissimus, amantissimus, carissimus...*), os superlativos mais frequentes são *pissimus* ou *pietissimus*, “modelo de piedade”. No Algarve romano, como na Gália (cfr. *Cenobótega* 30, 1991, 177) ou na África também.

“Modelo de piedade”, porquê? Porque a piedade, uma das mais importantes ideais morais e políticas dos Romanos, uma vez que abarcou todos os domínios desde o familiar ao social, ao religioso e ao político, como muito bem salientou Maria Helena da Rocha Pereira (1984, 326-330), pode justamente constituir, por isso, um dos maiores elogios a alguém. E é de interesse dos vivos que o defunto se convença de que foi, de facto, “piedoso” e vai, por isso, continuar a sê-lo agora também, não infernizando o mundo dos vivos. Uma função apaziguadora, portanto: Catúrica Prima é *coniux piissima* (IRCP 18); Saliano, de S. Estêvão (Tavira), é *filius pietissimus* (IRCP 88)... Mas, na verdade, a epigrafia romana do Algarve não é muito pródiga em elogios.

O que nos interessava, todavia, era sublinhar a existência de um mito: o da relação íntima que continua a existir, mesmo para lá da morte, entre os dois mundos, o dos vivos e o dos mortos. A ausência de cronologia nos epitáfios, o uso da forma verbal no presente, a fórmula “que a terra te seja leve” consubstanciam toda uma ideologia mítica: o morto continua ali, ouve e pode falar com o transeunte. Daí, o final do epitáfio de Trimalquíão: “Descansa em paz — Tu também”. Daí o seu raciocínio, ao realçar o trabalho de Habinnas, o canteito do seu futuro túmulo: “... para que, graças a ti, eu continue a viver depois da minha morte”.

Há epitáfios que particularmente nos cativam pelo que simbolizam de ternura familiar e amorosa. Muitas vezes sem grandes alardes, com subentendidos até: “Aqui jaz Avintina. Viveu trinta e cinco anos. Pátroclo colocou à digna de merecimento. Que a terra te seja leve” (IRCP 41). Quem foi, na Quinta de Marim, há dois mil anos, Avintira e quem foi Pátroclo? Um casal? Hereniana, do mesmo local, viveu cinquenta e dois anos, dois meses e quatro dias, e, apesar desta especificação toda da idade, a denotar sofrimento e dor, o epitáfio omite pura e simplesmente quem o mandou fazer (IRCP 46). Cepião Semproniano faleceu com cinco anos; a sua cupa funerária, achada na Mexilhoeira Grande, foi mandada fazer pela avó, Pompeia Exoco (IRCP 65). Uma singela placa de quartzito vermelho, de formato irregular (IRCP 66), memora Gaio Júlio Arénio, Arburá, sua mulher, Júlia Amena, a filha — manteve-se anónimo quem lhes perpetuou a lembrança...

É, pois, neste mundo de nomes e de fórmulas que nos movimentamos. Hoje, como há vinte séculos atrás, Pompeia Exoco quase pertence ao nosso quotidiano, a família Arénia também. Sentimo-nos envolvidos nessa atmosfera ritual, sacra, de mito quase magia, em comunhão. Pela força da palavra gravada. Pela eloquência sóbria da decoração. O espaço sagrado perdeu-se; deixou de ser

um espaço determinado com "cem pés de fachada, duzentos de profundidade, [...] toda a espécie de árvores de fruto à volta das minhas cinzas e muitas vinhas" para abarcar o horizonte inteiro. Preferiam os Romanos que os seus mortos ficassem bem quietos, sob uma terra leve; o certo é que eles ficaram, sim, mas a sua memória não se apagou.

Bibliografia

Cumont, 1942:

Cumont, F. — *Recherches sur le Symbolisme Funéraire des Romains*, Paris, 1942 (reimp. 1966).

Desaye, 1989:

Desaye, H. — *Les épitaphes laudatives et affectives dans les épitaphes de la moyenne vallée du Rhône*, "La Langue des Inscriptions Latines de la Gaule" (Actes de la table-ronde tenue au C.E.R.G.R. les 5 et 7 Octobre 1988 — Université de Lyon III), Lyon, 1989, 59-71.

Encarnação (no prelo):

Encarnação, J. d' — *O epitáfio, vitória sobre a morte*, in "O Triunfo de Thanatos - A Arte e a Morte" (Curso de Verão do Instituto de História de Arte de Coimbra, Setembro 1993, cujas actas estão no prelo).

Frade e Caetano, 1991:

Frade, H. e Caetano, J.C. — *A necrópole romana da Laje do Ouro: novos elementos*, "Comitbriga" 36 1991 39-57.

Frade e Moreira, 1994:

Frade, H. e Moreira, J.B. — *Arrachêls*, "Informação Arqueológica" 9 (1987), Lisboa, 1994, 47-48.

Hauschild, 1984:

Hauschild, T. — *A vila romana de Milreu, Lúsi (Algarve)*, "Arqueologia" 9, 1984, 94-104.

IRCP:

IRCP — Encarnação, J. d' — *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984. (Cita-se pelo número da inscrição).

Marco Aurélio

Marco Aurélio — *Pensamentos*, Editorial Verbo, Lisboa, 1971. Tradução de João Maia.

Maros

Maros, J.L. de — *Mausoléus de Cerro da Vila*, "Arqueologia e História", série X L/II (I) 1984-1988, 117-120.

A. A. V. V.

La Mort, les Mortés et l'au-delà dans le Monde Romain, "Actes du Colloque de Caen", 20-22 Novembre 1985, Caen, 1987 (reimp. 1990).

Pereira, 1984:

Pereira, M. H. de R. — *Estudos de História da Cultura Clássica. II. Cultura Romana*, Lisboa, 1984.

Petrônio:

Petrônio — *O Satiricon*, Publicações Europa-América, Mett Martins, 1973. Tradução de Jorge Sampaio.

Sanders

Sanders, G. — *Seneca le nous de l'oubli le témoignage des CLE d'Afrique et d'Italie*, "L'Africa Romana", 6 (1988), Sassari, 1989, 43-79.

Santos, 1971:

Santos, M.L.E. da V.A. dos — *Arqueologia Romana do Algarve*, I, Lisboa, 1971.

Santos, 1972:

Santos, M.L.E. da V.A. dos — *Arqueologia Romana do Algarve*, II, Lisboa, 1972.

Toynbee, 1971:

Toynbee, J. — *Death and Burial in the Roman World*, Londres, 1971.

* Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.